



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Comissão Nacional de Segurança Química – CONASQ

Relato da 13ª Reunião do GT Mercúrio

Data da Reunião: 31 de maio de 2016.

Local: Sala S-1, Ministério do Meio Ambiente – SEPN 505, Bloco B, Brasília / DF.

Coordenação: Letícia Reis de Carvalho.

Relatoria: Diego Henrique Costa Pereira.

Presentes:

Instituição	Nome	e-mail
MMA / DQAM	Alberto da Rocha Neto	alberto.rocha@mma.gov.br
MMA / DQAM	Diego Henrique Costa Pereira	diego.pereira@mma.gov.br
MMA / DQAM	Leticia Reis de Carvalho	leticia.carvalho@mma.gov.br
MMA / ASIN	Inez Varoto Correa	inez.correa@mma.gov.br
CETESB	Lady Virginia Meneses	lmeneses@sp.gov.br
CETESB	Maria Cristina Poli	mcpoli@sp.gov.br
FBOMS	Zuleica Nycz	zuleica.nycz@gmail.com
FIOCRUZ	Andre Fenner	andre.fenner@fiocruz.br
MT	Cibele Dutra	cibele.franca@transportes.gov.br
IBAMA	Cláudia Moreira	claudia-mendes@ibama.gov.br
MME / SGM	Edson Mello	edson.mello@mme.gov.br
USP	João Vicente Assunção	jianya@usp.br
ABICLOR	Martim Penna	mpenna@abiclor.com.br

ABICLOR	Gilberto Marronato	marronato@uol.com.br
MDIC / SDCI	Demétrio Toledo Filho	demetrio.filho@mdic.gov.br
MS	Antônio Leopoldo	antonio.leopoldo@saudade.gov.br

1 – Relato

1.1 Abertura e aprovação da memória da última reunião.

A Diretora de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – Letícia Reis de Carvalho – iniciou a reunião saudando a todos os presentes e ressaltou a importância da manutenção dos trabalhos do GT, enaltecendo o valor do Grupo no que se refere ao processo de implementação da Convenção de Minamata. Posteriormente, o representante do DQAM/MMA, Diego Pereira, fez um breve resumo da memória da 12^a Reunião do GT – realizada em julho de 2015.

A Sra. Zuleica, FBOMS, solicitou que fosse inserido na memória um encaminhamento que destacasse a necessidade do Projeto “Desenvolvimento de Avaliação Inicial da Convenção de Minamata no Brasil – Projeto MIA” incentivar, de alguma forma, a criação de normativa técnica afeta aos procedimentos de auto monitoramento de emissões de mercúrio por parte de empreendimentos privados. O Sr. Diego comentou que esta é uma discussão que extrapola o objeto de trabalho do Projeto MIA, porém ressalvou que este ponto deve ser abordado pelo GT. A Sra. Maria Poli, CETESB, destacou que a falta de normativas técnicas para o auto monitoramento de emissões extrapola o campo das emissões de mercúrio e que esta lacuna abrange também outros tipos de poluentes e que as discussões mais recentes tratam do uso de metodologias e técnicas como o monitoramento contínuo e os modelos preditivos de emissões (*Predicted Emission Monitoring PEM*).

A Sra. Leticia informou que o Projeto MIA levantará diversos pontos que deverão ser objeto de discussão ao longo da implementação da Convenção de Minamata no Brasil. Além disso, a partir de seus resultados será possível compreender de melhor forma a situação nacional relacionada à gestão de mercúrio, bem como traçar estratégias que visem suprir as lacunas existentes.

O Sr. João Assunção, USP, destacou a importância de discutir a fundo as formas de adaptação das normativas internacionais existentes para o auto monitoramento das emissões de mercúrio à realidade brasileira.

Não havendo mais discussões, a memória da 12ª Reunião do GT foi aprovada sem alterações.

1.2 Tramitação do processo de ratificação da Convenção de Minamata na Câmara dos Deputados.

A fim de tentar dar celeridade ao andamento do processo de ratificação da Convenção de Minamata sobre Mercúrio no Congresso Nacional, os Ministérios do Meio Ambiente e Minas e Energia, a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM) e a Associação Brasileira da Indústria de Cloro-Álcalis (ABLICOR) vem realizando gestões junto à Frente Parlamentar Mista pela Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e do Plástico (representação multipartidária que conta com o apoio de mais de 250 deputados).

Os deputados da Frente se mostraram bastante interessados e sensibilizados para com o assunto e dispuseram-se a discutir as tratativas necessárias para dar celeridade ao andamento do processo de ratificação no Congresso, porém solicitaram que fosse realizada uma reunião com os Ministros, ou com representantes de alto nível dos Ministérios, para definições finais. No entanto, até o momento não foi possível a realização desta reunião.

1.3 Informes

1.3.1 Ministério de Minas e Energia.

Por solicitação do Sr. Edson Mello, MME, foi feita uma alteração na pauta a fim de que o informe das atividades desenvolvidas pelo MME pudesse ser feito pela parte de manhã.

O Sr. Edson iniciou sua fala apresentando o Projeto celebrado entre o MME e o Banco Mundial que estuda aspectos da pequena mineração no Brasil. Este Projeto é desenvolvido no âmbito do Programa de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral (META) do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, vinculado ao Banco Mundial, em conjunto com o Ministério de Minas e Energia, e objetiva realizar um amplo diagnóstico socioeconômico e ambiental da mineração em pequena escala no Brasil, incluindo a mineração em pequena escala de ouro.

O Projeto abordará questões afetas à Convenção de Minamata, porém não é objetivo do mesmo o cumprimento das demandas indicadas pela Convenção.

Posteriormente, o Sr. Edson fez um resumo do Projeto que está em fase de negociação entre o MME, o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e o GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente) que objetivará elaborar o Plano de Ação Nacional (NAP) para Mineração Artesanal e em Pequena Escala de Ouro – no âmbito do Artigo 7º, Anexo C da Convenção de Minamata.

Dando prosseguimento, foi explanado que as atividades do Projeto perpassarão pela coleta e análise de dados secundários; estabelecimento de um mecanismo de coordenação nacional; caracterização da atividade no Brasil; e elaboração do Plano de Ação Nacional.

O Sr. Edson informou que aguarda a definição das chefias do Ministério de Minas e Energia para submeter o Projeto à análise do Ministério do Planejamento. Além disso, informou também que foram iniciadas as tratativas junto ao Ministério de Relações Exteriores para elaboração de carta reconhecendo que a atividade de mineração artesanal de ouro e em pequena escala é mais que insignificante no país – documento obrigatório para ter acesso aos recursos para o Projeto.

O Sr. Andre Fenner, FIOCRUZ, comentou que não deve haver sobreposição de esforços no que tange a execução do Projeto MIA e dos Projetos destacados pelo Sr. Edson Mello, como por exemplo o levantamento do marco legal. A Sra. Lady Meneses, CETESB, também solicitou atenção para não haver duplicação de esforços.

O Sr. Gilberto Marronato, ABICLOR, comentou sobre a necessidade do Projeto NAP ser elaborado de acordo com as características sociais e ambientais do país e que as estratégias e ações resultados do mesmo devem ser aplicáveis à realidade do país. A Sra. Zuleica reforçou a importância de dar continuidade as ações desenvolvidas pelo MME e pelo MMA, independentemente das mudanças de governo.

1.3.2 Associação Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivados (ABICLOR).

O Sr. Martim, ABICLOR, divulgou o encontro de experts do setor de cloro e álcalis – a ser realizado nos dias 28 e 29 de junho na Áustria – que terá como objetivo discutir os principais desafios nas operações de conversão dos processos industriais nas plantas de Cloro-Soda que utilizam tecnologia de mercúrio. Atualmente, segundo os relatos do Sr. Martin, o Brasil possui a seguinte distribuição de tecnologias na produção

de cloro-álcalis: 26% - membranas; 14% - células de mercúrio; e 60% - diafragma. Outra questão que também será discutida no evento, refere-se aos critérios para estocagem de excesso de mercúrio proveniente do desmantelamento de instalações de produção de cloro-álcalis, de acordo com o artigo 3, parágrafo 5, item b do texto da Convenção.

Complementarmente, o Sr. Martim informou sobre as ações desenvolvidas em conjunto com o governo japonês – Projeto NEDO – que propôs implementar no Brasil um *show case* de uma unidade de cloro-soda com tecnologia livre de mercúrio.

Foram realizados estudos iniciais para identificação do melhor local para instalação do *show case*, estando previsto o início das atividades para dezembro de 2015. Porém, devido a problemas administrativos com o financiamento do projeto, o governo japonês indicou que não foi possível dar prosseguimento às atividades. Em meados de março de 2016, o governo japonês indicou estar buscando outras alternativas para financiar o Projeto. Dessa forma, ainda não há posicionamento formal sobre a continuidade ou não do mesmo.

1.4 Sétima Reunião do Comitê Intergovernamental sobre Mercúrio (INC 7).

O Sr. Diego fez um relato sobre os principais encaminhamentos definidos na “Reunião Regional Preparatória do GRULAC para o INC 7” - que foi realizada em Montevidéu, Uruguai, de 09 a 12 de fevereiro de 2016. Nessa reunião foram discutidos os principais documentos de interesse da região que seriam objeto de debate no INC 7. De forma geral, não existiram grandes dissensos entre os países e foi possível elaborar um posicionamento regional único para quase todos os documentos.

A Sétima Reunião do Comitê Intergovernamental sobre Mercúrio (INC 7), foi realizada no período de 10 a 15 de março de 2015, na Jordânia, e objetivou apresentar e discutir as minutas dos documentos técnicos (guias) que deverão ser adotados na Primeira Conferência das Partes da Convenção (COP1), as minutas dos documentos administrativos necessários para o funcionamento da Convenção, bem como definir outros encaminhamentos.

Os 21 documentos discutidos na reunião estão disponíveis para download no endereço: <http://www.mercuryconvention.org/Negotiations/INC7/tabid/4506/>. O arquivo “Resumo INC 7”, apresentado na 13^a Reunião do GT e que discrimina os principais

resultados da reunião, está disponível no endereço: <http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/mercurio/grupo-de-trabalho>.

1.5 Solicitação de informações pelo Secretariado Interino.

Após a realização do INC 7, o Secretariado Interino da Convenção de Minamata expediou ao Governo Brasileiro um Ofício solicitando informações a respeito dos Artigos 7º, 10º, 11º, 12º e 22º.

O arquivo “Solicitação de Informações”, disponível para download no endereço <http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/mercurio/grupo-de-trabalho>, detalha a solicitação feita pelo Secretariado. Destaca-se que esse arquivo foi circulado entre os membros do GT no dia 06/06/2016.

Ficou acordado que a data limite para envio das informações para o MMA é **30/07/2016**. Excepcionalmente, a indicação de especialista para participar das discussões sobre a elaboração do guia para armazenamento interino de mercúrio deverá ser feita até o dia **23/06/2016**.

1.6 Atualização das atividades do Projeto MIA.

O Sr. Diego fez uma apresentação detalhando o andamento das atividades do Projeto “Desenvolvimento de Avaliação Inicial da Convenção de Minamata sobre Mercúrio no Brasil – Projeto MIA”. De forma resumida, o Projeto encontra-se da seguinte maneira:

Componente 1	Atividade 1.1 Organização do Seminário	a) Conscientização e disseminação do projeto aos parceiros	Concluído (Julho de 2015)
		b) Identificar os parceiros e definir atribuições	Atividade permanente
		c) Desenvolver avaliação inicial das informações disponíveis	Iniciada a contratação (início em julho)
Componente 1	Atividade 1.2 Adequações de diretrizes	a) Tradução do Toolkit	Iniciada (termino em julho)
		b) Inventário setorial de ASGM	A ser iniciada em julho/agosto
Componente 2	Atividade 2.1	Avaliação da gestão e monitoramento de mercúrio	A ser iniciada em agosto/setembro
	Atividade 2.2	Análise legal	A ser iniciada em julho/agosto
Componente 3	Atividade 3.1 Organização do Seminário	Elaboração do Inventário de Emissões e Liberações, incluindo áreas contaminadas	A ser iniciado no segundo semestre de 2016
	Atividade 3.2	Treinamento sobre o Toolkit	2017
Componente 4	Atividade 4.1	Relatório Final	2017

Tabela 1: Status das atividades do Projeto MIA.

Foi informado que o Edital de seleção de pessoa física para execução da “subatividade c” da “atividade 1.1” deverá ser publicado em meados de junho. A Sra. Letícia ressaltou a importância dos membros do GT divulgarem o Edital, quando publicado, para potenciais consultores a fim de participar do processo seletivo.

Em relação a “subatividade c”, o Sr. Andre ressaltou a importância de discriminação detalhada das informações afetas ao comércio de mercúrio e produtos com mercúrio adicionado, identificando não somente as quantidades comercializadas, como também o comprador e vendedor.

Passando ao próximo ponto, foi informado que a “subatividade b” da “atividade 1.2” deverá ser realizada mediante à celebração de acordo de cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente e o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM). O Sr. André Fenner indicou a importância de realizar visitas não somente aos garimpos da região norte, mas também aos garimpos da região sudeste, como por exemplo Minas Gerais, onde também existe a atividade. O Sr. Alberto indicou que as visitas aos garimpos servirão para identificação das principais técnicas utilizadas no processo produtivo na mineração artesanal de ouro em pequena escala, bem como as principais medidas de

controle ambiental praticadas na queima do amálgama e na gestão de resíduos e efluentes contaminados com mercúrio.

O Sr. Diego informou que os parâmetros de cálculo do Toolkit para mensuração das emissões e liberações de mercúrio na atividade de mineração artesanal de ouro em pequena escala serão adaptados de acordo com a realidade do país. O Sr. João Assunção informou que este trabalho pode ser desenvolvido a partir de informações coletadas nas principais regiões em que a atividade ocorre, citando a região norte como base para coleta de informações.

Em relação ao inventário de emissões e liberações de mercúrio, atividade “3.1”, informou-se que a mesma deverá ser realizada mediante a celebração de acordo de cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente e a Faculdade de Saúde Pública da USP. O Sr. João Assunção informou que a elaboração do inventário será facilitada uma vez que os resultados produzidos pela consultoria prevista na “subatividade c” auxiliarão na sistematização e análise das informações existentes. A Sra. Poli destacou que é importante discriminar nas especificações do acordo de cooperação quais informações constarão no inventário e a forma que as mesmas foram coletadas e trabalhadas.

A Sra. Leticia complementou afirmando que as informações que não forem inseridas no Toolkit poderão ser utilizadas como fonte de dados para o relatório final do Projeto.

Não havendo mais discussões ou questionamentos, a reunião foi encerrada às 17:00h.

1.7 Encaminhamentos.

1 - Enviar ao Ministério do Meio Ambiente, até o dia **30/07/2016**, informações que podem ser utilizadas como subsídios para elaboração da resposta à solicitação de informações expedida pelo Secretariado Interino da Convenção de Minamata (Item 1.5).

2 - Enviar ao Ministério do Meio Ambiente, até o dia **23/06/2016**, indicação de especialista, caso possível, para participar dos trabalhos de elaboração de documento contendo as diretrizes para o armazenamento interino de mercúrio, excluídos os resíduos de mercúrio – Artigo 10º da Convenção (Item 1.5).

3- Solicitar ao IBAMA os dados de comércio e importação de mercúrio metálico contidos em seu cadastro.

4 - O Ministério do Meio Ambiente deverá enviar aos membros o link com o Edital de Seleção para desenvolvimento da “subatividade c” da “atividade 1.1” do Projeto MIA (Avaliação Inicial das Informações Disponíveis) a fim de divulgação para potenciais executores do serviço.